

Benevides manda demitir familiares de senadores

Rudolfo Lago

BRASÍLIA — O novo presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), prepara-se para enfrentar a partir de hoje uma briga com seus ex-companheiros da legislatura passada. A seu pedido, o diretor do Senado, José Passos Porto, fez publicar um edital nos jornais do último domingo dando um prazo que se expira hoje para que 124 assessores técnicos e secretários parlamentares do Senado — todos donos de cargos de confiança — devolvam os seus cargos. Os assessores e secretários foram contratados pelos senadores da legislatura passada que não se reelegeram. Dentro do grupo, estão vários filhos e parentes de senadores. Eles, no entanto, se recusam a rescindir seus contratos, baseados no artigo da Constituição que confere estabilidade aos funcionários públicos com mais de cinco anos de carreira.

Entre os nomes, estão os dois filhos do ex-senador Pompeu de Sousa (PSDB-DF), Ricardo e Roberto, e o filho do ex-senador Mauro Borges (PDC-GO), Mauro Borges Teixeira Júnior. Até mesmo o primeiro-secretário do Senado na legislatura passada, Mendes Canale (PSDB-MS), responsável pela administração do pessoal da Casa, não resistiu e contratou sua filha, Mayssa Maria, para ocupar o cargo de assessora técnica.

Sem reclamação — “Eu sinto pena desse pessoal que vai perder um emprego bom desses numa época de

crise como essa. Mas, infelizmente, não há outro jeito”, comenta Passos Porto. De acordo com o diretor do Senado, o entendimento da Casa é de que não há nada que justifique a argumentação do grupo de que têm direito à estabilidade. “Eles foram contratados como cargo de confiança. Não são do quadro do Senado. Não podem ser considerados funcionários públicos, mas funcionários dos senadores”, entende Passos Porto. “Eles estão na mesma situação que eu, que também tenho um cargo de confiança. Se um dia o presidente do Senado não me quiser mais, eu terei que sair. E não adianta reclamar”, acha o diretor.

Os 124 assessores e secretários, no entanto, acham que reclamar pode adiantar. Além da Constituição, eles podem ser beneficiados por uma situação criada pelos ex-presidentes Humberto Lucena e Nelson Carneiro. É que eles foram autorizados a ser contratados como celetistas e não dentro do quadro de funções comissionadas a que cada senador tem direito. Assim, entendem ter os mesmos direitos dos demais celetistas do Senado, que passaram a estatutários com a unificação do regime de trabalho. Ontem, o sub-secretário de pessoal do Senado, Ney Madeira, passou boa parte do dia estudando a questão. Ele não quis, no entanto, falar com jornalistas. “Vamos ter de aguardar agora o desenrolar dessa questão”, diz Passos Porto, que já não espera, entretanto, a rescisão dos contratos hoje.